



## Comissão Estadual de Saúde Mental



### ATA REUNIÃO COMISSÃO ESTADUAL DE SAÚDE MENTAL

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos iniciou-se no auditório da SESA, a reunião da comissão de saúde mental. Dando início à reunião, a coordenadora da Saúde Mental do Estado Cleuse justifica a ausência da coordenadora da comissão Elfrida – SINDSAÚDE, solicitando aos membros presentes que se apresentem. Feitas às apresentações Cleuse passa a palavra à relatora Marina – COSEMS para leitura da memória da reunião anterior, bem como dos encaminhamentos dados pela secretaria executiva das solicitações da comissão. A seguir apresenta a pauta do dia:

-Relatório do PNASH

-Avaliação dos CAPS pelo Ministério da Saúde e Estado

-Denúncia da situação dos usuários de drogas – crack em Paranaguá

Solicita ainda se há inclusão de pauta por parte dos presentes. São solicitadas três inclusões de pauta, a saber:

-Denúncia do Hospital San Julian – Ida, mãe de usuário.

-Inserção da Educação Física na Rede de Saúde Mental – Eliana, Conselho de Educação Física

-Sobrecarga da Emergência Psiquiátrica de Maringá – Pitol, pastoral da saúde de Maringá.

Avaliação do PNASH 2006/2007: apresentado pela Cleuse – SESA, programa do Ministério da Saúde para avaliar os hospitais psiquiátricos, visa melhorar a qualidade da assistência. As avaliações foram feitas pelas regionais de saúde, os dados foram enviados à Brasília que faz o condensado dos dados e emite as notas finais. No estado do Paraná todos os hospitais apresentaram nota superior a seis. Apesar de ter sido usado o mesmo instrumento para todos os serviços do estado, há uma variação bem acentuada e diferente das notas. Sugestão do Conselheiro Osvaldino: que as avaliações sejam cruzadas da próxima vez, ou seja, a regional de Curitiba avalia os serviços de Maringá, Maringá avalia os de Foz do Iguaçu e assim por diante, para não haver envolvimento pessoal nas avaliações. A comissão achou válida a sugestão para os próximos instrumentos de avaliação, devendo ser apresentada como recomendação a ser aprovada pela plenária do CES.

Avaliação dos CAPS: Cleuse informou que o Ministério da Saúde está avaliando todos os CAPS do estado através do preenchimento "on line" de um instrumento, sendo o prazo até vinte de dezembro/2008. A SESA formou um grupo de trabalho para elaboração de um outro instrumento para avaliação Estadual de todos os serviços ambulatoriais: Ambulatório de Saúde Mental e CAPS, hoje totalizando oitenta e dois CAPS em funcionamento e cinquenta e seis ambulatorios que atendem saúde mental no estado.

Denúncia de Paranaguá: após discutir o assunto a comissão definiu por enviar ofício ao Município de Paranaguá solicitando informações sobre a atual situação do Município em relação à Rede de Atenção à Saúde mental, em especial a questão dos usuários de drogas, se há programas municipais, quais ações estão sendo desenvolvidas.

Denúncia do Hospital San Julian: presente à reunião, a Senhora Ida Palmonari da Silva, mãe de três usuários de drogas, faz uma denúncia que após apenas quinze dias de internação dois de seus filhos foram pegos fumando dentro da instituição e por isso foram dispensados, tiveram alta (contrariando a política de redução de danos). Denuncia ainda que a alimentação servida nesta instituição é bastante precária, pois no café da manhã tem apenas pão e chá, no almoço serviram repolho durante toda a semana e no jantar reaproveitamento do almoço com sopa onde foi relatado pela mesma havia "papo de frango com milho" e lacre da embalagem. Ida fala também em relação aos CAPS, que estes serviços deveriam acolher os pacientes logo após a alta hospitalar, para que os mesmos não tivessem muito tempo ocioso. Fala que as instituições deveriam ter mais atividades e investir em cursos técnicos de qualificação profissional para que os dependentes pudessem se sentir mais úteis e vislumbrar uma possibilidade de trabalho ao sair do tratamento. Osvaldino esclarece que em relação aos CAPS o trabalho ali desenvolvido é muito bom, mas são poucos os CAPS existentes e por isso a dificuldade na inserção imediata dos pacientes, é preciso pensar na ampliação dos serviços não só em Curitiba, mas em todo o estado. Ida faz também uma observação de que as comunidades terapêuticas deveriam ser avaliadas e fiscalizadas pela saúde porque tem alguma que não apresentam condições mínimas de estrutura física e de pessoal para a manutenção do serviço.

**Encaminhamento dado:** como a denunciante procurou a SESA inicialmente, algumas providências já foram tomadas, a 2ª regional de saúde já foi acionada para apurar os fatos junto ao Hospital San Julian e solicitado junto ao município de Curitiba a continuidade do tratamento dos pacientes.

Inserção da Educação Física na rede de Saúde Mental: foram sugeridas pela representante do Conselho de educação física, que sejam feitas parcerias entre os CAPS e os Hospitais Psiquiátricos com as Universidades (escolas) para a colocação de estagiários nestes serviços, visando o desenvolvimento de práticas de atividades físicas nestas instituições de tratamento e a relação entre academia e serviço.



## Comissão Estadual de Saúde Mental



56 Sobrecarga da Emergência Psiquiátrica de Maringá: o conselheiro Pitol propõe que o estado veja a possibilidade de  
57 instalar serviço de Emergência Psiquiátrica nas regionais de Campo Mourão e Cianorte, pois o fluxo de pacientes é muito  
58 grande e o serviço não está comportando a todos. A comissão propõe à coordenadora de Saúde Mental que faça uma  
59 avaliação de todo o estado, quais os serviços de emergência e sua área de abrangência e não apenas de Maringá.  
60 Marina do COSEMS pondera que o problema não é apenas na emergência, mas sim na rede como um todo, que é  
61 preciso começar a pensar a saúde mental pela atenção básica e propõe à coordenação estadual que a SESA viabilize  
62 recursos para que se organize serviço de atenção à Saúde Mental na atenção básica, começando, por exemplo, com a  
63 formação de equipes matriciais nos municípios onde não é possível a instalação dos CAPS, por critérios populacionais e  
64 outros, afirma ainda ser necessário estabelecer critérios para a constituição destas equipes e que tudo isto deve estar  
65 claro na proposta de elaboração do Plano Estadual de Saúde Mental do estado. Lembra também que a apresentação  
66 do Plano pela SESA para a comissão e CES está pautada para a reunião do mês de Janeiro/2009.

67

68 Curitiba, 16 de dezembro de 2008.

69

70 MARINA MARTINS

71 Relatora

72

73

74

75

76